DIGRESSÃO OU PROGRESSÃO? UMA ANÁLISE DOS METAIS QUE FORMARAM A ESTÁTUA DO SONHO DE NABUCODONODOR

DIGRESSION OR PROGRESSION? AN ANALYSIS OF THE METALS THAT FORMED THE STATUE OF NEBUCHADNEZZAR'S DREAM

Daniel Tamari Ferreira Fidelis[1]

RESUMO: Este artigo explora o contexto narrativo e simbólico de Daniel 1 e 2), com ênfase na visão da estátua em Daniel 2, onde os metais representam sucessivos impérios mundiais. O foco central é explicar somente a progressão dos metais (este trabalho não analisará a pedra que veio do céu ao fim do sonho) — ouro, prata, bronze, ferro e ferro misturado com barro —, que segue uma digressão e progressão dupla: valor decrescente (do mais precioso ao menos precioso) e resistência crescente (do menos resistente ao mais resistente). Essa estrutura seria aleatória ou revela um simbolismo maior? Este artigo se propõe a fazer tal análise.

PALAVRAS-CHAVE: Daniel 1; Daniel 2; Reinos; Metais.

ABSTRACT: This article explores the narrative and symbolic context of Daniel 1 and 2, with emphasis on the vision of the statue in Daniel 2, where the metals represent successive world empires. The central focus is to explain solely the progression of the metals (this work will not analyze the stone that came from heaven at the end of the dream) — gold, silver, bronze, iron, and iron mixed with clay — which follows a dual digression and progression: decreasing value (from the most precious to the least precious) and increasing resistance (from the least resistant to the most resistant). Is this structure random, or does it reveal a greater symbolism? This article aims to carry out such an analysis.

KEYWORDS: Daniel 1; Daniel 2; Kingdoms; Metals.

[1] Mestrando em Teologia (UNASP-EC). Centro Universitário Adventista de São Paulo. Orcid: https://orcid.org/0009-0002-2625-8758 E-mail: daniel.fidelis@adventistas.org

REVISTA CORDIS

10.23925/2176-4174.38.2026e75755

Recebido em: 31/03/2026.
Aprovado em: 26/04/2026.
Publicado em: 27/04/2026.

Introdução

O livro de Daniel inicia com o exílio de jovens judeus na Babilônia, mas logo revela que seu foco não é apenas a sobrevivência sob domínio estrangeiro, e sim a soberania de Deus sobre a história. No capítulo 1, vemos o treinamento forçado na sabedoria imperial; no capítulo 2, surge o sonho de Nabucodonosor: uma estátua de metais progressivos — ouro, prata, bronze, ferro e ferro misturado com barro — que simboliza sucessivos impérios mundiais. O padrão chama atenção: valor decrescente (do ouro precioso ao barro frágil) junto com resistência crescente (do bronze ao ferro destrutivo). Essa dupla digressão não parece casual. Porém, qual seria o seu real significado?

Metodologia

Este trabalho seguirá a metodologia histórico-gramatical de interpretação bíblica, que busca entender o texto em seu contexto histórico, cultural e gramatical, respeitando a intenção do autor inspirado e evitando imposições anacrônicas. Para Blomberg (2012) o método gramático-histórico consiste em analisar o texto bíblico, ou qualquer outro, em seu contexto histórico original, visando identificar o significado mais provável que seu(s) autor(es) destinou(m) a seu(s) público(s) ou destinatário(s) original(ais) por meio da gramática e da sintaxe, focando na interpretação em vez de julgar a possibilidade de eventos histórico. Portanto, este artigo concentra-se exclusivamente nessa progressão metálica da estátua em Daniel 2, analisando por que o texto combina decadência de valor com aumento de dureza. Longe de convenção literária, essa estrutura contrasta o esplendor efêmero e a brutalidade crescente dos impérios com a perspectiva eterna do reino de Deus.

1. Contexto Narrativo de Daniel 1 e 2

Daniel 1 apresenta o contexto histórico da queda de Jerusalém para o Império Neobabilônico em 605 a.C., no terceiro ano de Jeoaquim, com a primeira deportação de judeus, incluindo Daniel e seus amigos. Esse evento cumpriu profecias de juízo divino pelos pecados de Israel: abandono da Lei, negligência do sábado e anos sabáticos (setenta anos de exílio para descanso da terra), idolatria e apostasia moral (Is 1:4-6). Levados à Babilônia — centro de corrupção —, o povo sofreu juízo irônico; após o cativeiro, a idolatria nunca mais dominou Israel. A lição é atual: ignorar a Palavra traz julgamento, e conformar-se ao mundo leva à captura por ele (Walvoord, 2012).

Doukhan (2000) vê além do conflito militar (Dn 1:1): Babilônia, chamada Sinar (v. 2), evoca Babel (Gn 11), símbolo das forças rebeldes que usurpam o lugar de Deus. A confusão das línguas e a profecia de Is 14 (“subirei ao céu [...] serei semelhante ao Altíssimo”) revelam confronto cósmico entre o reino de Deus e potências opositoras. O livro deve ser lido assim: não só Judá vs. Nabucodonosor, mas reino divino vs. rebeldes.

Stefanovic (2007) destaca que Nabucodonosor levou utensílios do templo (Dn 1:2) — prática antiga para mostrar superioridade dos deuses vencedores (1Sm 5:2; Jr 48:7; 49:3). Foram alguns itens na primeira leva; o resto veio depois (Ed 1:11 menciona 5.400 no total). Jeremias (27:16-22) alertou que parte ficaria. Esses objetos ligam primeiro e segundo templo, tratados com respeito por Nabucodonosor (Dn 5:2).

Goldingay (1989) explica que Nabucodonosor levou nobres jovens para demonstrar vassalagem de Judá, evitar rebeliões, moldar liderança à moda babilônica e reforçar mão de obra no templo/palácio. Educá-los na sabedoria caldeia visava integrá-los à corte, mas contribuíram mais que esperado. Eram israelitas teológicos (povo de Yahweh) e de linhagem real (v. 6), com educação prévia em discernimento, sabedoria e conhecimento prático (v. 4), similar a José (Gn 41) e Provérbios (Salomão). O currículo incluía três línguas (sumério, acadiano, aramaico) e técnicas mágicas caldeias (astronomia/astrologia para adivinhação, origem dos horóscopos), visando transformá-los em sacerdotes caldeus experts em ocultismo.

Ainda sobre os jovens cativos, uma dúvida poderia surgir: Daniel e seus amigos foram feitos eunucos (castrados)? Haja vista que Aspenaz, chefe dos eunucos (Dn 1: 3), ficou responsável por trazê-los bem como por educá-los. Wiersbe (2008) e Miller

(1994) negam que Daniel e amigos tenham sido eunucos (saris = oficial da corte, não necessariamente castrado; cf. Potifar casado, Gn 37:36; Dt 23:1 proíbe castração). Doukhan (2000), porém, afirma ser provável, prática comum no Oriente Próximo (relevos assírios), com eunucos de elite exilados nobres. Eles recordariam Is 39:7 ("descendentes teus serão eunucos no palácio do rei da Babilônia"). Deus transformou humilhação em posição de influência fiel.

Nabucodonosor determinou três anos de treinamento com ração diária de iguarias e vinho da mesa real (v. 5), luxuosas para maturidade intelectual e serviço ("ficar diante do rei"). Stefanovic (2007) nota que isso creditava sucesso ao rei, mas os jovens sabiam que o Provedor era o Criador.

De acordo com o relato, seus nomes foram mudados (v. 7): prática pragmática de nova identidade/propriedade (Baldwin, 2001; Goldingay, 1989). Daniel → Beltessazar ("Bêlet proteja o rei"); Hananias → Sadraque; Misael → Mesaque; Azarias → Abede-Nego (alusão a Nabu). Os jovens cativos aceitaram sem resistência, como José (Gn 41:45).

Chega-se então ao clímax do capítulo 1, o qual foca na recusa de Daniel de se contaminar com iguarias e vinho (v. 8): consagrados a ídolos, equivaliam a idolatria. Daniel Propôs teste de dez dias com legumes e água (Gn 1:29), deformando nomes para enfraquecer deuses pagãos. Após dez dias, mais saudáveis (v. 10) — bênção divina. Dispensados permanentemente.

Deus deu sabedoria superior aos quatro; a Daniel, entendimento em visões e sonhos (v. 17). Após três anos, destacaram-se "dez vezes" acima de magos (vv. 19-20). O capítulo revela graça de Deus no cativeiro, preparando triunfo divino sobre o panteão babilônico.

Foi nesse contexto, onde Daniel e seus amigos já estavam estabelecidos em Babilônia, que Nabucodonosor teve um sonho que o texto descreve como "sonhos sonhados", uma experiência que, segundo Daniel 2:45, foi divinamente concedida por Deus. Ainda dentro deste tópico, Miller (1994) sugere que a expressão "teve sonhos" usada em Daniel 2 não deve ser interpretada como uma indicação de que Nabucodonosor sonhou múltiplos sonhos distintos, mas sim como uma descrição de seu estado de imersão em um sonho único. Essa escolha linguística sugere que o rei estava envolto em uma experiência singular, conforme evidenciado pelo fato de que o texto bíblico relata apenas um sonho específico, centrado na visão da estátua.

Stefanovic (2007) concorda com esta ideia, lembrando que o uso de “sonhos”, no plural, estava mais relacionado a uma expressão idiomática do que com a literalidade de que o rei teve muitos sonhos ou muitas vezes o mesmo sonho, ou seja, o significado da expressão denota apenas um sonho. Doukhan (2000) e Wiersbe (2008), no entanto, contrastam com a opinião dos autores acima, alegando que Nabucodonosor teve por diversas vezes o sonho profético.

Ao despertar, porém, o rei não conseguia lembrar o conteúdo do sonho, o que lhe causou profunda angústia. De acordo com a cultura babilônica, esquecer um sonho era interpretado como um sinal de origem divina, muitas vezes associado à ira de um deus (Doukhan, 2000). Essa crença é reforçada pelos próprios caldeus, que declararam ao rei: “Não há mortal sobre a terra que possa revelar o que o rei exige” (Dn 2:10), admitindo que apenas os deuses, que “não moram com os homens” (Dn 2:11), poderiam atender tal demanda. No contexto do mundo antigo, sonhos eram tidos como mensagens significativas, muitas vezes interpretadas como vislumbres do futuro, especialmente quando envolviam um rei, cujo destino poderia refletir o de todo o reino (Akin; Platt; Merida, 2017). Walvoord (1971) contrapõe esta ideia, fazendo menção ao fato de que a expressão “a coisa se foi de mim”, utilizada na tradução da King James Version (KJV) em Daniel 2:5, é objeto de debate entre os estudiosos devido à dificuldade de interpretação da palavra aramaica azda, que aparece apenas nos versículos 5 e 8. Franz Rosenthal a traduz como “publicamente conhecido” ou “conhecido como decidido”, enquanto a Septuaginta (LXX) a interpreta como uma forma verbal que sugere que o sonho foi esquecido pelo rei. Contudo, o verbo também poderia significar “saiu” no sentido de “eu decretei”. Walwoord ainda destaca que expositores como Keil, Leupold e Young defendem que Nabucodonosor não esqueceu o sonho, e Young, em particular, propõe que azda significa “certo” ou “determinado”, com base em sua origem persa e no apoio de fontes siríacas. Assim, a tradução mais adequada seria “a coisa é certa para mim” ou “totalmente determinada”.

Movido por essa angústia e determinado a recuperar o sonho e sua interpretação, Nabucodonosor convocou os magos, encantadores, feiticeiros e caldeus de sua corte (Dn 2:2). Ansiosos para cumprir seu papel, os sábios prontamente se ofereceram, dizendo que bastava o rei relatar o sonho para que eles providenciassem a interpretação (Dn 2:4). Stephen Miller observa que o termo aramaico para “feiticeiros” deriva do hebraico “mekassepim”, que denota práticas de

bruxaria, severamente condenadas no Antigo Testamento (Ex 7:11; Dt 18:10; (Miller, 1994). Em contribuição, Walvoord (2012), parafraseando Goldingay, diz que o termo “magos” em Daniel 2 deriva de uma palavra hebraica que originalmente significa “estilete” ou “caneta”, indicando que esses indivíduos poderiam ser estudiosos, e não magos no sentido convencional. Já “encantadores” está ligado à prática de necromancia, ou seja, a comunicação com os mortos, mas também pode ser interpretado como “astrólogos”, sugerindo a análise das estrelas para prever eventos futuros. Por sua vez, “feiticeiros” refere-se àqueles que realizam feitiçarias ou encantamentos. Stefanovic (2007) destaca que era comum haver mágicos egípcios em terras mesopotâmicas, sendo que estes eram prisioneiros de guerra e traziam um aspecto cosmopolita para o enredo analisado.

No entanto, esses sábios, apesar de sua reputação, foram incapazes de satisfazer o rei, o que desencadeou sua fúria. Em um rompante de raiva, Nabucodonosor ameaçou executar todos os sábios de Babilônia, incluindo Daniel e seus amigos, caso não lhe entregassem o sonho e seu significado (Dn 2:12). Aqui, surge uma questão importante: Daniel e seus companheiros já haviam concluído o treinamento na escola dos caldeus, iniciado no capítulo 1? Miller defende que sim, argumentando que os eventos de Daniel 2 seguem cronologicamente a entrevista mencionada no final do capítulo 1, e que a nomeação de Daniel como chefe dos sábios em Daniel 2:48 indica sua integração ao grupo (Miller, 1994).

Diante da sentença de morte, Daniel e seus amigos recorreram ao Deus de Israel, buscando em oração a revelação necessária. Segundo Walvoord (1971), a expressão “Deus do céu” ou, mais literalmente, “dos céus”, mencionada em Daniel 2:18 dentro de sua oração, estabelece um contraste marcante com as crenças supersticiosas dos babilônios, que reverenciavam o céu estrelado como objeto de adoração. Em oposição a isso, o Deus de Daniel é apresentado como o soberano dos céus, e não o próprio céu. Essa designação, usada inicialmente por Abraão em Gênesis 24:7, torna-se recorrente em diversos textos bíblicos posteriores, como Esdras 1:2, 6:10, 7:12, 21, Neemias 1:5, 2:4 e Salmos 136:26. Em referência a mesma temática, Champlin (2018) afirma:

> Os babilônios tinham uma espécie de deísmo idólatra, pois a força criativa era vista como inativa entre os homens, porquanto abandonara sua criação às leis naturais. Em contraste com isto, a fé dos hebreus era teísta. O teísmo ensina que o poder criativo continua no universo, intervindo, recompensando e punindo, de acordo com as demandas da lei moral (Champlin, 2018, p. 735).

Doukhan expande ainda mais o tópico destacando que a expressão “Deus no céu”, recorrente ao longo do livro, está frequentemente associada ao termo “segredo”, mas é interpretada de forma oposta: para os caldeus, os segredos permanecem trancados nas esferas divinas, enquanto para Daniel eles são revelações do Deus que se comunica com Seu povo. Essa associação, presente em passagens como Daniel 2:27-30, 44-45, 4:36 e 5:23-24, sublinha o envolvimento ativo de Deus na história. Diferentemente do entendimento dos caldeus, que veem os deuses como distantes e indiferentes, o Deus de Daniel não apenas controla os eventos históricos, mas também desce para se comunicar com a humanidade, revelando os mistérios divinos (Doukhan, 2000).

O texto afirma que Deus respondeu, concedendo a Daniel o conhecimento do sonho e sua interpretação (Dn 2:19). Dentro da perspectiva da resposta divina, Davis (2024) opina que que houve uma reunião de oração (18), mas o autor não registra nenhuma dessas orações. Ele simplesmente relata a resposta (19) e, em seguida, dedica quatro versículos ao louvor de Daniel. Isso precisa ser deliberado – e justifica a afirmação de que o louvor de Daniel, nos versículos 20–23, é o centro teológico do capítulo, ocupando prioridade até mesmo sobre o sonho e sua interpretação. O louvor de Nabucodonosor, no versículo 47, forma um paralelo posterior e um eco ao louvor de Daniel aqui. O resultado é que os servos pagãos da Babilônia não morrerão (24) – outro exemplo da descendência de Abraão, Daniel nesse caso, trazendo bênção para “todas as famílias da terra”.

Com isso, Daniel se apresentou ao rei para relatar o que viu: uma estátua colossal, de aparência majestosa, composta por diferentes metais. John Walvoord esclarece que essa figura não era um ídolo, como alguns sugeriram, mas uma estátua de forma humana, que no sonho parecia estar muito próxima de Nabucodonosor, impressionando-o pelo seu tamanho avassalador e impacto visual, o que gerou tanto assombro quanto fascínio (Walvoord, 1971). No entanto, Shea (2011), apresenta um ponto de vista discordante, afirmando que o sonho apresentava uma grande “imagem”, termo que no texto original é o mesmo usado para se referir a ídolos no Antigo Testamento e à estátua erigida por Nabucodonosor na planície de Dura (Dn 3). Shea também acrescenta que a ideia de uma imagem não seria estranha ao monarca,

já que ele estava acostumado a lidar com representações divinas revestidas de metais preciosos — ouro, prata ou bronze — conforme o costume religioso babilônico. Complementando o assunto, Stefanovic (2007) destaca que no contexto do antigo Oriente Próximo, as estátuas eram geralmente entendidas como representações da autoridade de um deus ou rei, sendo frequentemente erguidas por povos conquistadores como monumentos imponentes para marcar sua presença em terras subjugadas, utilizando seu tamanho intimidador e, em alguns casos, esplendor como uma forma eficaz de propaganda imperial, com certas estátuas possuindo também uma natureza religiosa.

2. A Estrutura da Estátua do Sonho de Nabucodonosor

A estátua era formada por uma cabeça de ouro, peito e braços de prata, ventre e quadris de bronze, pernas de ferro e pés de uma mistura de ferro e barro. No clímax do sonho, uma pedra, cortada de uma montanha sem auxílio humano, atingiu a estátua, destruindo-a completamente, e se transformou em uma grande montanha que encheu toda a Terra.

Essa imagem de uma estátua representando a sucessão de reinos era amplamente familiar no contexto cultural e histórico do Antigo Oriente Médio, o que sugere que Nabucodonosor, ao ouvir a descrição detalhada fornecida por Daniel, provavelmente reconheceu de forma imediata que o sonho abordava a trajetória histórica dos impérios que exerceriam domínio sobre a região ao longo dos tempos. Nelson (2013), aponta nesta direção, afirmando que estudos indicam que estátuas colossais eram comuns no antigo Oriente Próximo — não apenas em Rodes e no Egito, mas também na Mesopotâmia — e frequentemente compostas de metais preciosos como ouro, prata ou bronze. Pontua também que Heródoto (Hist. 1.183) menciona, por exemplo, uma estátua de ouro de doze côvados no templo de Bel, em Babilônia. Além disso, menciona que há paralelos na literatura antiga, como em Hesíodo (séc. VIII a.C.), que divide a história em eras de valor decrescente (ouro, prata, bronze, semideuses e ferro), e em Ovídio (séc. I a.C.–I d.C.), com um esquema semelhante (ouro, prata, bronze e ferro). Até mesmo um texto persa tardio apresenta uma árvore com ramos de metais diferentes simbolizando períodos históricos. Esses dados sugerem que o autor de Daniel 2 provavelmente estava inserido em um

contexto cultural onde tais esquemas eram difundidos, ainda que não tivesse contato direto com todas essas fontes.

Doukhan destaca de maneira perspicaz que a estátua, composta por uma sequência de metais de valor decrescente — começando pelo ouro, o material mais precioso e simbólico, e descendo até o ferro misturado com barro, que, embora mais resistente, é consideravelmente menos valioso — serve como um poderoso símbolo de uma progressão de reinos ao longo da história (Doukhan, 2000). Holbrook, por sua vez, levanta uma questão intrigante e digna de reflexão: por que essa sequência apresenta um declínio em valor monetário, mas um aumento progressivo em termos de dureza? Será que essa escolha reflete apenas a redução da riqueza e do esplendor dessas nações ao longo do tempo, ou poderia estar apontando para outros aspectos igualmente significativos, como o crescente poder militar, a estabilidade política variável ou até mesmo uma possível degradação moral que acompanhou o avanço desses impérios? (Holbrook, 2009). Dentro de uma perspectiva correlata, Stefanovic (2007) argumenta que a estátua descrita é uma estrutura composta que reflete uma sequência de materiais, começando pelo ouro e descendo até a argila cozida, seguindo uma ordem de valor monetário decrescente, conforme ecoa a decadência dos filhos de Sião em Lamentações 4:2, onde são comparados a potes de barro. Também lembra que, apesar disso, observa-se um aumento na resistência e dureza dos metais até o ferro, preparando o cenário para a pedra, cortada de uma montanha sem intervenção humana, que destrói a estátua e a reduz a pó, simbolizando uma transição de poder terreno para um domínio divino. Aludindo a este direcionamento, Carvalho e Niskanen (2016) afirmam que a representação dos quatro metais reflete um tema amplamente reconhecido na antiguidade que ilustra as eras em declínio da humanidade, com o poeta grego Hesíodo oferecendo o registro mais antigo ao descrever sucessivas raças humanas — de ouro, prata, bronze e ferro —, cada uma menos valorizada que a anterior. Segundo estes autores, embora essa simbologia possa ter sido fundamental em uma profecia babilônica inicial que considerava o reinado de Nabucodonosor como um período de ouro, ela assume um papel secundário nos objetivos de Daniel, para quem tanto a cabeça de ouro quanto os pés de ferro e barro simbolizam as potências estrangeiras que dominaram o povo judeu. Segundo Hinnant (2003), a estátua de Daniel 2 representa a sucessão dos grandes impérios mundiais. Cada reino sucessivo apresenta um valor moral e cultural mais

baixo que o anterior, simbolizado pela diminuição do refinamento dos metais, embora sua força militar aumente progressivamente (ouro, prata, bronze e ferro). Dentro desta mesma perspectiva, enriquecendo o argumento, Walwoord (2012) salienta que a sequência decrescente de valor dos quatro metais aponta para uma degeneração da humanidade ao longo do tempo, sugerida em Gênesis 4 e alinhada com a visão de escritores clássicos como Hesíodo (Trabalhos e Dias, 109-201) e Ovídio (Metamorfoses I, 89-150), que concebem a história como um declínio, contrastando com a perspectiva evolucionista que vê o homem progredindo do pó ao ouro, enquanto Deus revela que, nos tempos dos gentios, a humanidade inicia com o ouro fino e culmina no pó. Contudo, essa redução de valor acompanha um aumento de força nos metais, indicando um crescimento do poderio militar ao longo desses tempos, que culmina no conflito mundial final descrito em Apocalipse 16 e 19, ao qual Daniel alude em 11:36-45. Hasel (1984) ainda acrescenta que a sequência dos quatro metais em Daniel 2 — ouro, prata, bronze e ferro — não deve ser interpretada como uma progressão do mais forte para o menos forte, mas sim como uma representação de força crescente acompanhada de valor decrescente. Nesse esquema, o ouro possui maior valor simbólico, mas menor força, enquanto o ferro, de menor valor, simboliza firmeza, resistência e grande poder destrutivo, refletindo tempos de provação e dificuldades para o povo de Deus. Hasel reitera que alguns estudiosos, como Singer, ressaltam que o ferro indica períodos adversos, mas há críticas quanto à tentativa de vincular a sequência metálica à influência persa. Evidências arqueológicas recentes demonstram que essa ordem de metais segue um padrão comum do Oriente Próximo, encontrado em fontes neobabilônicas anteriores às influências persa ou grega. Assim, o esquema dos quatro impérios combina elementos de valor, força e durabilidade, ao mesmo tempo em que comunica, de forma simbólica e profética, as condições históricas e espirituais enfrentadas pelo povo de Deus em diferentes épocas.

No entanto, Goldingay (1989) discorda desta premissa, afirmando que diversas origens extrabíblicas têm sido sugeridas para explicar a estátua de cinco partes, como detalhado em um formulário mencionado, mas o pano de fundo fornecido pelo Antigo Testamento revela-se pelo menos tão significativo, conforme destacado por Singer (1980) em sua análise dos metais no contexto bíblico. Nesse cenário, o ouro e a prata emergem como símbolos tradicionais de majestade e valor, amplamente reconhecidos em contextos políticos e religiosos, enquanto o bronze e o ferro representam força e

dureza, refletindo uma rica diversidade de recursos naturais valiosos ou despojos de guerra que aparecem em passagens como Josué 6:19, 24; 22:8 e Jó 28:1-2. Não há, no entanto, qualquer indicação de deterioração à medida que se desce da cabeça ao tronco, dos quadris às pernas, nem esses quatro metais devem ser associados diretamente à idolatria, como sugerido por Collins (44) com base em referências como Daniel 3:1 e 5:2, 23, uma interpretação que o texto rejeita. Até a introdução do barro, a estátua personifica um poder multifacetado, combinando esplendor, força e uma imponência impressionante, características que evocam a grandiosidade dos impérios retratados. O barro, contudo, introduz uma mudança significativa, sugerindo fraqueza e transitoriedade, um contraste marcante evidenciado em versículos como Jó 4; 19 e 13:12, que apontam para a vulnerabilidade inerente a essa base instável (Goldingay, 1989).

2.1. Cabeça de Ouro (Babilônia)

Conforme Doukhan (2000), a sequência dos metais da estátua, dispostos em ordem decrescente da cabeça aos pés, junto com os eventos narrados sobre a destruição pela pedra, sugere uma evolução cronológica, permitindo que o rei interpretasse a cabeça como o estágio inicial. Isso é reforçado pelo significado de "cabeça" em hebraico e aramaico, que denota "começo" ou "primeiro". Além disso, o ouro era o metal mais valorizado na Babilônia, como atestado por Heródoto, que ficou impressionado com sua abundante utilização em templos e palácios, refletindo o esplendor da cidade. Essa ideia é ecoada por Jeremias ao comparar Babilônia a um copo de ouro, uma metáfora que Daniel amplia ao descrever Nabucodonosor como a "cabeça de ouro", rei de reis a quem Deus concedeu domínio sobre homens e natureza.

Hasel (1984) dentro da mesma temática, analisa o significado semântico da palavra hebraica para ouro:

> O termo usual para "ouro" no Antigo Testamento é **zāhāb**, mas termos como **ḥārûṣ**, **pāz**, **ketem** e **dəhab** também designam o ouro e podem servir para distinguir sua qualidade ou pureza. A comparação com o ouro revela valor, pureza e preciosidade. O ouro é o "metal real". Somente em Daniel 2:38 o rei é identificado com o ouro. Geralmente, o ouro revela a riqueza, o esplendor e o poder do rei ou da divindade. Quanto mais puro o ouro, maior a dignidade e o esplendor do que é simbolizado por ele.O termo usual para "ouro" no Antigo Testamento é **zāhāb**, mas expressões como **hārûṣ**, **pāz**, **keter** e **dehab** também designam ouro e podem indicar sua qualidade ou pureza. A comparação com o ouro evoca valor, pureza e preciosidade. O ouro é o "metal

> real". Apenas em Daniel 2:38 o rei é identificado com o ouro. Geralmente, o ouro revela a riqueza, o esplendor e o poder do rei ou da divindade. Quanto mais puro o ouro, maior a dignidade e o esplendor do que é simbolizado pelo ouro (Hasel, 1984, p. 378).

Interessante, que de acordo com Baldwin (1981), a abordagem feita por Daniel a Nabucodonosor contém um tom de adulação, evidente tanto na associação do rei com o metal mais valioso quanto na declaração de seu governo sobre todo o mundo habitado, embora sua autoridade fosse genuína e amplamente respeitada. Os "filhos dos homens" [bĕnê ’ănāšā’], termo que abrange toda a humanidade e difere do singular "filho do homem" com suas complexas implicações em 7:13, indicam a extensão de seu controle, que se estendia também ao mundo animal, conforme refletido em Jeremias 27:6, e incluía até as "aves do céu", ecoando Gênesis 1:28.

Hinnant (2003), destaca que somente o ouro é chamado de “fino”, o que aponta para a superioridade inicial da Babilônia, culturalmente e moralmente falando, sobre seus sucessores.

Por sua vez, Stefanovic (2007), aludindo a mesma passagem bíblica que Doukhan, propõe que Jeremias 51:7 descreve Babilônia como "um copo de ouro na mão do Senhor", uma imagem que ecoa o simbolismo da estátua de ouro em Daniel 3, representando os sonhos do rei sobre o ideal do Império Babilônico, onde o ouro era o metal mais valorizado e popular na cultura babilônica.

De acordo com a interpretação de Daniel, o termo “cabeça de ouro” simboliza não apenas o rei Nabucodonosor, mas também o Império Neobabilônico, evidenciando que, frequentemente nas Escrituras, “rei” e “reino” são usados de forma intercambiável. Nabucodonosor governou por 66 anos, sendo que o Império sobreviveu apenas cerca de 20 anos após seu reinado (Miller, 1994).

Para Walwoord, Nabucodonosor é designado como "rei dos reis", uma posição de poder que Daniel atribui como um presente do "Deus do céu", conferindo a seu reino atributos de força, poder e glória, embora alguns críticos tenham questionado a adequação desse título para um rei babilônico; no entanto, Walwoord diz que Young argumenta que não haver evidências suficientes para sustentar essa crítica, citando a inscrição do rei persa Ariyaramna (610-580 a.C.) como "rei dos reis" e destacando que o título se alinha com a supremacia real de Nabucodonosor sobre os monarcas de sua época, um reconhecimento também presente em Ezequiel 26:7. Ainda lembra que

mais relevante é a afirmação corajosa de Daniel de que todo o poder de Nabucodonosor provém do Deus do céu, contrastando com a subserviência dos outros sábios. Embora ele não diminua o papel do rei, estende sua autoridade universal sobre "os filhos dos homens, os animais do campo e as aves do céu". Resume que Deus o constituiu como governante supremo, simbolizado pela "cabeça de ouro". Essa descrição é vista por alguns como hipérbole devido à limitação geográfica de seu controle, mas reflete sua autoridade máxima possível. Walwoord também pontua que Heaton, seguindo Bentzen, sugere que essa descrição ecoa o Festival do Ano Novo babilônico, onde o rei, como representante terreno de Marduk, recebia soberania sobre homens e criaturas, ligada à Epopéia da Criação e a Gênesis 1:26, indicando o conhecimento profundo de Daniel sobre mitologias babilônicas, adquirido em seus três anos de estudo, o que reforça sua autoria. A identificação da "cabeça de ouro" com Nabucodonosor simboliza o império personificado em seu governante, e, como Young observa, apesar das tentativas dos críticos de reinterpretar essa expressão, o sentido mais direto — o rei como emblema do império — permanece a explicação mais plausível (Walwoord, 2012).

2.2 Peitos e Braços de Prata (Medo-Pérsia)

Segundo Doukhan (2000), após o império babilônico surge outro reino, considerado inferior ao predecessor, como sugerido implicitamente pela menor valorização da prata na visão e explicitamente por Daniel ao afirmar que "se levantará outro reino, inferior ao teu" (Dn 2:39). Esse reino é identificado como o dos medos e persas, e não apenas o persa, dado que o reino persa coexistiu com o babilônico, enquanto o domínio meda foi subjugado por Ciro da Pérsia após derrotar Astiages em 550 a.C. Ciro era neto de Astiages por linhagem materna, o que justifica a designação bíblica de "medos e persas" (Dn 5:28; 6:8; 8:20). Essa designação é ainda corroborada por Ester 1:3, um século depois. Doukhan também lembra que, apesar de sua maior extensão territorial, esse reino foi culturalmente menos avançado que a Babilônia. Shea (2011) corrobora com este mesmo argumento, afirmando que a Babilônia destacava-se no mundo antigo por sua cultura refinada e profundamente enraizada, contrastando com a simplicidade dos medos e persas, cuja civilização era vista como mais rústica. Enquanto os persas só desenvolveram um sistema de escrita durante o próprio império — recorrendo muitas vezes ao elamita para registros oficiais —, os

babilônios já possuíam uma tradição escrita desde o terceiro milênio a.C., o que lhes conferia uma herança linguística, científica e religiosa muito mais sólida. Dessa forma, ainda que os persas tenham ampliado seus domínios territoriais, a Babilônia permanecia superior em termos de cultura e sofisticação intelectual. Doukhan (2000) continua apresentando que as conquistas medo-persas adotaram sua civilização complexa. A prata simboliza sua principal característica, sendo utilizada como padrão monetário no sistema de tributação persa, conforme Heródoto (3.89-95). Nessa administração tributária, os sátrapas pagavam tributos em prata — exceto os mais ricos da Índia, cujas contribuições ainda eram calculadas em termos de prata — refletindo a riqueza que sustentou o poder dos reis persas (Dn 11:2). Heródoto destaca Dario como alguém que explorava todas as oportunidades (Heródoto 3.89). Essa supremacia se estendeu de 539 a.C., com a queda de Babilônia, até 331 a.C., quando Dario III foi derrotado por Alexandre, o Grande.

Stefanovic (2007) reitera novamente a mudança de metais a respeito do segundo império representado. Ele afirma que, ao observar a estátua de cima a baixo, percebe-se que os materiais que a compõem apresentam uma diminuição em valor, mas um aumento em resistência. Ao mesmo tempo, o Império Medo-Persa abrangeu um território mais extenso do que o da Neo-Babilônia.

Já Stevenson (2008), fazendo alusão a Teodoreto de Ciro, diz que o segundo elemento da estátua, representado pela prata, simboliza o reino medo-persa. Ele foi estabelecido por Ciro mediante seu sucesso militar e uma união matrimonial que transformou os medos no império persa. A menção ao peito e aos braços indica a presença de dois povos fundadores, agora unidos como uma única entidade.

O termo hebraico para "prata" é kesep, enquanto em aramaico é kesap, lembrando que entre Daniel 2: 4b - 7: 28, a escrita é feita em língua aramaica. Este metal é utilizado em diversos contextos, especialmente como medida ou meio monetário. A prata não simboliza permanência e durabilidade, mas transmite algo cuja valorização é ameaçada e que se mostra inseguro em tempos de crise. Ela ocupa a "segunda posição" entre os metais e simboliza algo de valor inferior em comparação com o metal real, o ouro. No que diz respeito a Daniel 2:32, o reino representado pela prata é inferior ao de ouro e reflete um status menor. Essa natureza inferior do simbolismo se estende por todo o Antigo Testamento, incluindo o uso da prata em esferas cultuais ou políticas (Hasel, 1984).

De acordo com Walwoord (2012), a designação de "inferior" ao segundo reino refere-se a uma qualidade menor, sem implicar inferioridade em todos os aspectos, pois a Pérsia superou a antiga Babilônia em território, o Império Grego ampliou ainda mais essa extensão, e o Império Romano alcançou a maior área geográfica, mas inferir que maior território equivale a superioridade contradiz o significado do sonho e a interpretação de Daniel, que não destaca o tamanho da cabeça em relação ao corpo, mas a maior preciosidade do ouro em comparação com a prata e o latão, metais obviamente inferiores. Ainda segundo Walwoord, a história corrobora essa visão, evidenciando que o Império Medo-Persa e o império de Alexandre subsequente careciam da autoridade centralizada e da organização eficiente que marcaram o Império Babilônico, confirmando a precisão da imagem e do comentário de Daniel.

Ainda permeando a mesma temática, Miller (1994) afirma que o relato do livro de Daniel descreve o Império Medo-Persa como o segundo reino que sucede a Babilônia, sendo simbolizado pelo urso em Daniel 7:5 e pelo carneiro de dois chifres em Daniel 8:20. Apesar de sua grande extensão territorial e poderio, esse Império é caracterizado como “inferior” ao de Nabucodonosor. Tal inferioridade, porém, não deve ser entendida em termos militares ou geográficos, mas antes no sentido moral. A metáfora da prata em contraste com o ouro expressa essa diminuição de valor e glória. Miller, aludindo a Calvino, observa que o reino de Ciro não foi considerado inferior por carecer de esplendor ou opulência, mas porque a condição espiritual e moral da humanidade havia se deteriorado sob sua monarquia, à medida que os vícios e corrupções se multiplicavam. Nesse sentido, Daniel apresenta uma visão de que cada Império, no qual a maldade, a blasfêmia e a crueldade alcançam seu ápice. Assim, a narrativa não projeta um desenvolvimento histórico em direção à utopia, mas sim um movimento descendente, em que a pecaminosidade da humanidade cresce de forma contínua.

2.3 Quadris de Bronze (Grécia)

Segundo Doukhan (2000), estudos sobre o simbolismo profético de Daniel 2 mostram que o bronze representa o poder conquistador da Grécia, um império que tinha nesse metal uma de suas maiores especialidades. Ezequiel (27:13) já menciona o bronze como importante meio de troca entre os gregos, enquanto Heródoto (2, 153-154; 7, 61-62) descreve o uso intensivo desse material nas armaduras, capacetes,

escudos e armas do exército helênico. O contraste era evidente quando comparado às simples vestes dos medos e persas. Doukhan usa o exemplo de Heródoto ao lembrar da consulta do faraó Psamético I ao oráculo de Latona, que predisse que a vingança contra os persas viria “do mar, pelas mãos dos homens de bronze”. O episódio se cumpriu quando tropas gregas náufragas surgiram nas margens egípcias, revestidas de armaduras reluzentes. Isso levou o monarca a aliar-se a elas contra seus inimigos. O autor também lembra que, além do caráter de decadência em relação ao ouro e à prata, o bronze também remete à ideia de conquista e domínio universal. Também pontua que a profecia se cumpre de forma impressionante: pois após subjugar Fenícia, Palestina e Egito, Alexandre o Grande levou o poder grego até a Índia, assumindo o título de “rei da Pérsia” e estabelecendo-se como senhor de um império multicultural. Para garantir sua coesão, Alexandre incentivou casamentos mistos e a integração dos soldados à população nativa, consolidando a difusão da língua e da cultura gregas por vastas regiões. Esse domínio, iniciado em 331 a. C, com a vitória sobre os persas, perdurou até 168 a. C, quando Roma conquistou a Macedônia, anexando-a definitivamente em 142 a. C (Dn 2:39).

Stefanovic (2007), diferindo um tanto da premissa de Doukhan, afirma que a menção feita por Daniel de que o Império grego teria domínio sobre toda a Terra seria um exagero, haja vista que era comum no mundo antigo que tais impérios se gabassem neste sentido hiperbólico.

Hasel (1984), analisando o termo “bronze” do modo gramatical, pontua que:

> O termo hebraico para “bronze” ou “cobre” é **neḥōšet**, e em aramaico o termo é **neḥāš**. Não está claro, em todos os casos de uso desses termos, se se trata de bronze ou de cobre. Esses metais eram comumente usados para a fabricação de utensílios e ferramentas antes de o ferro se tornar amplamente utilizado e até mesmo durante o tempo em que o ferro já era de uso comum para tais fins. Com base na força inerente ao bronze, esse metal tornou-se um símbolo de força, dureza e insuperabilidade. Ao mesmo tempo, o bronze/cobre tem menor valor do que os metais preciosos, como o ouro e a prata; e, assim, simboliza um agravamento da situação em comparação ao que é representado pelo ouro e pela prata. De fato, uma inferioridade adicional e crescente é comunicada (cf. Dn 2:39) (Hasel, 1984, p. 378).

Fazendo eco a Jerônimo, Stevenson (2008) argumenta que a referência aos “quadris de bronze” é entendida como uma alusão ao império alexandrino, abrangendo tanto o domínio macedônico como o de Alexandre e seus sucessores. O

uso do termo “bronze” é adequado porque, entre os metais, ele se destaca pela ressonância e pelo som claro, como no toque de uma trombeta de bronze, cujo som alcança longas distâncias. Stevenson ainda diz que tal imagem simboliza não apenas a fama e o poder desse império, mas também a eloquência da língua grega, que se difundiu amplamente com sua expansão (cf. Dn 2:39).

2.4 Pernas de Ferro (Roma)

De acordo com Doukhan (2000), o sonho profético de Daniel apresenta que, após a era de bronze, viria um período representado pelo ferro. Do mesmo modo que o bronze caracterizou o império grego, o ferro simboliza o poder do império romano. Ele também lembra que poetas latinos, como Virgílio e Lucrécio, testemunham essa transição em seus escritos ao descreverem os antigos exércitos equipados com bronze e, posteriormente, o predomínio do ferro. Virgílio fala do “brilho do bronze sobre os escudos e espadas”, enquanto Lucrécio destaca que o bronze precedeu o ferro tanto no cultivo do solo como nas batalhas. Essa passagem literária e histórica reflete a transição do domínio grego para o romano, em que o exército de Roma se notabilizou pelo uso intensivo do ferro em armas, armaduras, escudos, capacetes e especialmente no pilum, uma lança de ferro que também servia como dardo. Entretanto, a explicação profética de Daniel vai além do material em si. O ferro é apresentado como símbolo de firmeza, força inquebrantável e comportamento destrutivo, “que a tudo quebra e esmiúça” (Dn 2:40-41). Esse significado não apenas traduz a força militar de Roma, mas também sua forma singular de governar. O império romano não se contentou em expandir seus territórios além dos limites dos predecessores; desenvolveu uma política altamente avançada e um sistema administrativo sofisticado que permitiu controlar à distância os mais diversos povos. Esse modelo manteve a unidade do império e salvaguardou a paz mundial, conhecida como Pax Romana, que Plínio, o Velho, descreveu como “a infinita grandeza da paz romana”, ressaltando ainda que o poder de Roma possibilitava a convivência entre diferentes grupos étnicos e o benefício comum dessa paz. Doukhan complementa alegando que a imagem profética de um “império de ferro” é confirmada não apenas por sua organização militar e administrativa, mas também pelas atitudes severas diante da resistência. As vitórias esmagadoras do exército romano, a declaração de Júlio César “Veni, vidi, vici” (“vim, vi, venci”) e políticas de represálias, como a

destruição de Cartago, o cerco de Jerusalém, a supressão dos druidas e o incêndio de vilas na Gália, são exemplos eloquentes do poder esmagador de Roma. Além de sua força destrutiva, a longevidade do domínio romano — cerca de 500 anos, superior ao de qualquer império predecessor — demonstra sua firmeza. No entanto, mesmo com seu poderio militar e político, Doukhan pontua que Roma acabou sucumbindo às invasões bárbaras, sendo Odoacro, um comandante germânico, responsável pela deposição do último imperador em 476 d.C.

Stefanovic (2007), assevera que Daniel utiliza a combinação de dois verbos para enfatizar o caráter destrutivo do reino romano, sendo que ambos descrevem ações de natureza semelhante, evidenciando o poder de devastação que ele exerce sobre tudo o que encontra.

Stortz e Hughes (2004), apresentam uma análise interessante da cronologia do poder conquistador do Império Romano. Segundo a obra, Roma, embora tenha conquistado vastos territórios, inicialmente sofreu derrotas temporárias, como quando foi capturada e queimada pelos gauleses em 390 a.C., mas rapidamente se recuperou e expandiu seu poder por meio de campanhas militares sucessivas. Entre 343 e 290 a.C., consolidou o controle da Itália central e, posteriormente, venceu Cartago nas Guerras Púnicas, garantindo o domínio do Mediterrâneo Ocidental. Avançou ainda contra Filipe V da Macedônia e Antíoco III da Síria, estabelecendo sua supremacia no Oriente, e, com a conclusão da Terceira Guerra Macedônica e da Terceira Guerra Púnica, consolidou o controle da Grécia Ocidental, da Macedônia e da África do Norte. Apesar dessas conquistas, Roma era um “reino dividido… em parte forte e em parte frágil” (Dn 2:41-42), com tensões internas entre a aristocracia e a população comum, problemas relacionados à escravidão e desigualdade social, além da dificuldade de integração de povos conquistados. Esses fatores contribuíram para o declínio do império, culminando na divisão entre Oriente e Ocidente após a morte de Constantino em 337 d.C. O cumprimento claro da profecia de Daniel sobre esses quatro reinos evidencia a precisão histórica da narrativa, reforçando a validade preditiva da profecia, inclusive quanto ao contexto do surgimento do Messias durante o domínio romano.

Em análise gramatical, Hasel denota que:

> O termo para “ferro” é **barzel** em hebraico e **parzel** em aramaico. A etimologia ainda é incerta, podendo derivar do hitita (uma origem caucasiana?) ou do sumério (cf. G. F. Hasel, “Iron,” ZSBE 2 [1982]: 880-882). O ferro era conhecido por sua força e durabilidade. Em termos de valor, em comparação

> com ouro, prata e bronze, o ferro era uma mercadoria de menor valor (Hasel, 1983, p. 378).

Walwoord (2012) destaca que o quarto reino descrito no sonho de Nabucodonosor, representado pelas pernas e pés da estátua, recebe maior atenção de Daniel do que os três reinos anteriores, refletindo sua importância profética. A interpretação destaca principalmente a força das pernas de ferro, capazes de esmagar e subjugar tudo o que se opõe, característica que remete de maneira evidente ao Império Romano antigo, conhecido por sua capacidade militar destrutiva. A descrição de Roma no texto de Daniel é tão precisa que a maioria dos comentários conservadores a identifica diretamente como o quarto reino. Críticos que defendem uma data tardia para o livro de Daniel tendem a reinterpretar os quatro reinos como Babilônia, Média, Pérsia e o império alexandrino, evitando assim reconhecer a validade da profecia preditiva. Já os estudiosos que consideram Daniel um profeta do século VI a.C. não encontram dificuldade em aceitar que o quarto reino simboliza Roma. Apesar desse consenso, Walwoord lembra que há divergências quanto à interpretação dos pés da estátua e da pedra cortada sem mãos, especialmente no que diz respeito à destruição total representada na profecia.

Segundo Miller (1994), as pernas de ferro da estátua em Daniel são interpretadas tradicionalmente como o Império Romano, caracterizado por força esmagadora e domínio absoluto, capaz de subjugar todas as nações que resistiam ao seu poder. Historicamente, Roma exerceu supremacia desde a derrota de Cartago, em 146 a.C., até sua divisão entre Oriente e Ocidente em 395 d.C., permanecendo no Ocidente até 476 d.C. e no Oriente até 1453 d.C. Miller também destaca que alguns autores, como Whitcomb e Walvoord, associam as duas pernas às divisões do império, embora essa explicação não esteja explícita no texto bíblico. Ele também pontua que Montgomery, em contrapartida, entende que tal detalhe não possui valor simbólico. A hipótese macabeia, porém, identifica o quarto reino como sendo a Grécia, especialmente a divisão selêucida, por se tratar de um livro produzido no contexto helenístico. Apesar disso, Miller (1994) diz que fontes antigas, como Josefo e 2 Esdras, bem como os escritores do Novo Testamento e os Pais da Igreja, sustentaram a interpretação de que Roma era o quarto império. Segundo ele, Walton observa que a evidência patrística é ampla e unânime nesse sentido. Assim, a visão predominante

compreende os reinos da estátua como Babilônia, Medo-Pérsia, Grécia e Roma, enquanto a leitura macabeia os entende como Babilônia, Média, Pérsia e Grécia.

Já Stevenson (2007), relembra Jerônimo, ao apresentar que o quarto Império, claramente identificado como o romano, é descrito como um reino de ferro, capaz de quebrar e subjugar todos os outros.

2.5 Pés em Parte de Barro e Ferro (Império Romano Fragmentado)

Sobre os pés da estátua, em parte de barro e de ferro, Doukhan (2000) salienta que a passagem de Daniel 2:41–44 sugere que os acontecimentos descritos – ocupando mais da metade do texto – eram de especial interesse para o profeta. O quarto reino não é apresentado como um novo império, mas como uma continuação do reino de ferro, agora mesclado com barro. Essa estranha associação simboliza um reino dividido, composto de elementos fortes e fracos, que desde a queda de Roma não alcançou unidade política e, segundo a profecia, jamais alcançará. O ferro representa poder político, enquanto o barro – especificamente o “barro de oleiro” – introduz um elemento de natureza distinta, com forte conotação religiosa, evocando a imagem bíblica do ser humano como obra do oleiro (Is 64:8). Assim, de acordo com Doukhan, muitos comentaristas entendem que após a dissolução do Império Romano surgiu um poder religioso, associado ao poder político romano e atuante até o tempo do fim. Doukhan (2000) também pontua que, na tradição judaica, os quatro reinos são interpretados como Babilônia, Grécia, Pérsia e Roma; e esse poder híbrido do quarto reino – ferro misturado com barro – é identificado, em muitos comentários, com o cristianismo adotado pelo Império Romano, que passou de religião marginal a religião estatal, assumindo enorme influência política e espiritual. O comentário ArtScroll sobre Daniel resume essa perspectiva afirmando que Roma, na visão celestial, metamorfoseia-se do poder secular do império para o poder religioso do cristianismo, cuja força temporal e espiritual ofuscou a dos antigos reinos e impérios. Além disso, Doukhan argumenta Daniel descreve que “misturar-se-ão mediante casamento” (Dn 2:43), aludindo a alianças humanas entre os elementos fortes e fracos do reino. Tais tentativas de unidade ecoam o episódio bíblico da Torre de Babel, sugerido pelo uso da raiz “**plg**” (“dividido”) no texto hebraico, indicando que, no fim dos tempos, os poderes do mundo buscariam unir-se por medo de destruição, mas sem sucesso. Esse quadro se mostra atual, pois nunca na história houve tantas iniciativas de

alianças políticas, econômicas e religiosas – OTAN, ONU, CEE, OPEP, movimentos ecumênicos e até ideologias político-religiosas – e até mesmo projetos de ordem global como a chamada Nova Ordem Mundial. Para muitos intérpretes, essa profecia antecipa o contexto do tempo do fim, em que alianças humanas se intensificariam, mas permaneceriam frágeis e divididas (Dn 2:41–44).

Stefanovic (2007), por outro lado, comenta que embora os dedos dos pés da estátua em Daniel 2 não sejam quantificados, frequentemente se presume que sejam dez. Entretanto, o texto bíblico não enfatiza esse número nem qualquer outra subdivisão específica. A palavra aramaica "**peliga**" ("dividido"), utilizada na passagem, é entendida por estudiosos como "composto" ou "misturado", indicando não uma divisão formal, mas uma fraqueza interna resultante de tensões estruturais do quarto reino em comparação com os anteriores. A mistura de ferro e barro simboliza essa falta de coesão, já que ambos são materiais incompatíveis, sendo o ferro tradicionalmente associado na Bíblia à força e ao ato de despedaçar a cerâmica. A expressão "misturar-se com a semente dos homens" é interpretada como referência a alianças políticas por meio de casamentos interdinásticos (como os de Ptolomeus e Selêucidas) ou, em sentido mais amplo, à miscigenação de povos diversos. Essa última interpretação é apoiada por comentadores judeus clássicos, como Rashi e Ibn Ezra. Além disso, o verbo "misturar" utilizado no texto aparece também em Jeremias 50:37, descrevendo um exército formado por estrangeiros, e remete ainda à proibição de misturas em Levítico 19:19, reforçando a ideia de heterogeneidade e instabilidade desse reino.

Baldwin (2015), contribui dizendo que o quarto reino, simbolizado pelo ferro, é descrito como mais forte do que os anteriores, capaz de despedaçar tudo ao seu alcance. No entanto, por ser uma mistura de ferro com barro de oleiro, possui uma fraqueza intrínseca, pois tenta unir elementos incompatíveis. Essa característica aponta para a impossibilidade de verdadeira unidade, sugerindo uma política imposta pela força e tentativas infrutíferas de alianças humanas, expressas simbolicamente pela frase "misturar-se-ão pela semente dos homens", que remete à proibição de misturar sementes em Levítico 19:19.

4. Considerações finais

Sendo assim, a análise da progressão dos metais na estátua do sonho de Nabucodonosor (Daniel 2:31-35) revela que a estrutura não é aleatória, mas intencionalmente construída para transmitir uma mensagem teológica profunda. A digressão dupla — valor decrescente (ouro → prata → bronze → ferro → ferro misturado com barro) e resistência crescente (do ouro ao ferro esmagador) — não representa mera convenção literária ou influência cultural do antigo Oriente Próximo. Pelo contrário, ela configura um movimento intencional de progressão-decadência que reflete a visão bíblica sobre a história dos impérios humanos.

Por um lado, o declínio no valor dos metais simboliza a deterioração moral, cultural e espiritual da humanidade ao longo dos tempos gentílicos. O ouro, metal mais precioso e associado ao esplendor babilônico, dá lugar à prata, ao bronze e ao ferro, indicando uma perda progressiva de refinamento, dignidade e glória. Por outro lado, o aumento da dureza e da capacidade destrutiva (especialmente no ferro) aponta para o crescimento do poder militar, da opressão e da violência que acompanha esse declínio. Quanto mais os impérios se tornam fortes e esmagadores, mais eles se afastam da verdadeira grandeza, revelando a fragilidade inerente de todo poder humano.

Essa tensão culmina nos pés de ferro misturado com barro: o reino mais poderoso e duradouro (Roma e suas divisões) é, ao mesmo tempo, o mais instável e dividido, incapaz de verdadeira unidade. A mistura incompatível dos materiais reforça a impossibilidade de qualquer império humano alcançar permanência ou harmonia.

Assim, a digressão dos metais não é apenas descritiva, mas profética e teológica. Ela demonstra que a história dos reinos terrenos segue um caminho de aparente progressão externa (maior força e extensão) acompanhada de uma inevitável regressão interna (menor valor moral e espiritual). O contraste final é evidente: enquanto os impérios humanos se degradam e se fragmentam, o reino que Deus estabelece — representado pela pedra cortada sem mãos — surge como o único verdadeiramente indestrutível, eterno e universal.

Portanto, a estátua de Daniel 2 não celebra o poder humano, mas o desmascara. Sua mensagem central é clara: todo reino terreno é transitório e decadente, e somente o reino do Deus dos céus permanecerá para sempre. O que

parece uma simples sucessão de metais revela, na verdade, a soberania divina sobre a história e a certeza da vitória final do reino de Deus.

Referências bibliográficas

AKIN, Daniel L.; PLATT, David; MERIDA, Tony. **Exalting Jesus in Daniel.** [recurso eletrônico]. Nashville: B&H Publishing Group, 2017.

BALDWIN, Joyce G. **Daniel.** (The Tyndale Old Testament Commentaries – TOTC). Leicester: InterVarsity Press, 1981.

BLOMBERG, Craig L. **The historical – critical/ grammatical view.** In: PORTER, Stanley E.; STOVELL, Beth M. (Eds.). **Biblical hermeneutics: five views.** Downers Grove, IL IVP Academic, 2012.

CARVALHO, Corrine L.; NISKANEN, Paul V. Ezekiel, **Daniel: Volume 16**. New Collegeville Bible Commentary: Old Testament. Collegeville, MN: Liturgical Press, 2016.

CHAMPLIN, R. N. **O Antigo Testamento interpretado: versículo por versículo.** Nova Ed. Ver. Vol. 5. São Paulo: Hagnos, 2018.

DAVIS, Dale Ralph. **The message of Daniel**. Edição revisada. Downers Grove: IVP Academic, 2024. (The Bible Speaks Today Series).

DOUKHAN, Jacques B. **Segredos de Daniel: a sabedoria e os sonhos de um príncipe judeu no exílio**. Tradução de Maria Lucia Tresoldi Minzon e Wilian Cardoso. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2000.
GOLDINGAY, John. Daniel. Dallas: Word Books, 1989. (**Word Biblical Commentary, v. 30**).

HASEL, Gerhard F. **"Die Metalle Gold, Silber, Bronze, Kupfer und Eisen im Alten Testament und Ihre Symbolik** [resenha] / Karl Helmut Singer." *Estudos do Seminário da Universidade Andrews (AUSS)* 22.3 (1984)

HINNANT, Greg. **Daniel Notes: as inspirational commentary on the book of Daniel.** Lke Mary, FL: Creation House Press, 2003.

HOLBROOK, Frank B. **Daniel and Revelation: a verse-by-verse commentary**. Silver Spring: Biblical Research Institute, 2009.

MILLER, Stephen R. **Daniel.** Nashville: B&H Publishing Group, 1994 (The New American Commentary, v. 18).

NELSON, William B. **Daniel.** Understanding the Bible Commentary Series. Grand Rapids: Baker Books, 2013.

SHEA, William H. G. **Daniel: uma guia para el estudioso**. Florida, Buenos Aires: Asociacion Casa Editora Sudamericana, 2011.

STEFANOVIC, Zdravko. **Daniel: Wisdow to the wise: Commentary on the book of Daniel.** Pacific Press Publishing Association, 2007.

STEVENSON, Kenneth (ed.); GLERUP, Michael (ed.); ODEN, Thomas C. (ed.). **Ezequiel, Daniel (Comentário Cristão Antigo sobre as Escrituras, AT Volume 13).** 1. ed. Downers Grove: IVP Acadêmico, 2008.

STORTZ, Rodney D.; HUGHES, R. Kent. **Daniel: The Triumph of God's Kingdom**. Preaching the Word. Wheaton, IL: Crossway, 2004.

WALVOORD, John F.; DYER, Charles H. (ed.); RAWLEY, Philip E. (ed.). ***Daniel***. Chicago: Moody Publishers, 2012.

WIERSBE, Warren W. **The Bible Exposition Commentary: Old Testament Prophets.** 2. Ed. Colorado Springs: David C. Cook, 2008.